

Jean-Claude TRICHET

Presidente

Nuno Melo
Deputado do Parlamento Europeu
Parlamento Europeu
60 Rue Wiertz
B-1047 Bruxelas

Frankfurt am Main, 9 de Junho de 2011

L/JCT/11/513

Sua carta

Ex.^{mo} Senhor Deputado Nuno Melo,

Agradeço a sua carta com uma pergunta sobre as finanças públicas de Portugal, a qual me foi remetida por Sharon Bowles, Presidente da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários do Parlamento Europeu, por ofício datado de 23 de Março de 2011.

Antes de mais, gostaria de lembrar que o Banco Central Europeu (BCE) tem como princípio não comentar notícias veiculadas pelos meios de comunicação social. Recordo também que, no contexto dos procedimentos relativos aos défices excessivos, todos os Estados-Membros da União Europeia têm de comunicar, até 1 de Abril e 1 de Outubro de cada ano, o respectivo saldo das contas das administrações públicas nos quatro anos precedentes e o saldo projectado para o ano em curso. Além disso, aproveito a ocasião para expor o seguinte quanto à evolução das finanças públicas em Portugal.

As medidas orçamentais adicionais anunciadas pelo Governo português em Março de 2011 não receberam apoio parlamentar. Por conseguinte, no contexto do programa de ajustamento da União Europeia e do Fundo Monetário Internacional, finalizado em 5 de Maio de 2011 e aprovado pelos Ministros das Finanças da área do euro na reunião do Eurogrupo de 16 de Maio, o Governo português definiu um novo conjunto de medidas, as quais são enunciadas nos sítios do Ministério das Finanças¹ e do Governo².

O Conselho do BCE congratula-se com o programa de ajustamento económico e financeiro acordado pelo Governo português, na sequência da conclusão bem-sucedida das negociações com a Comissão Europeia, em

¹http://www.min-financas.pt/discursos/default_MF_110505.asp.

²http://www.portugal.gov.pt/pt/GC18/Governo/Ministerios/MF/ProgramaseDossiers/Pages/20110504_MFAP_Doss_Assistencia_Financiera.aspx.

articulação com o BCE, e o Fundo Monetário Internacional. O programa contém os elementos necessários para conduzir a uma estabilização sustentável da economia portuguesa. Aborda de forma decisiva as causas económicas e financeiras subjacentes às actuais preocupações do mercado e, por conseguinte, contribuirá para restabelecer a confiança e salvaguardar a estabilidade financeira na área do euro. O Conselho do BCE acolhe favoravelmente o compromisso que as autoridades públicas portuguesas assumiram no sentido de tomarem todas as medidas necessárias para atingir os objectivos do programa.

Com os meus melhores cumprimentos,